



# Sintidu di justisa

Barómetro participativo sobre a percepção e experiência da população: Como melhorar a governação da justiça na Guiné-Bissau

Sumário executivo

Este trabalho enquadra-se no projeto "Tornando a caixa-negra transparente: novos mecanismos e capacidades para uma cidadania activa da monitoria, avaliação e advocacia de políticas públicas no sector da justiça", e foi levado a cabo graças ao financiamento da União Europeia.



---

Os esforços de consolidação da paz da Interpeace no mundo inteiro são possíveis graças à parceria estratégica com os governos dos Países Baixos, Suécia e Suíça.



Kingdom of the Netherlands



Schweizerische Eidgenossenschaft  
Confédération suisse  
Confederazione Svizzera  
Confederaziun svizra

Swiss Confederation

---

# Contexto

---

O setor da justiça na Guiné-Bissau é complexo e caracterizado por uma pluralidade de práticas. O sistema formal de justiça coexiste com estruturas informais e tradicionais, que são altamente valorizadas pela população. Embora a reforma do setor da justiça esteja em curso há vários anos, o processo é assolado por desafios recorrentes na sua implementação. A ligação entre a justiça tradicional e a formal está no centro dessas reformas.

Neste contexto, a Voz di Paz e a Interpeace procuraram, através do seu programa conjunto nos últimos dois anos, criar novos mecanismos e capacidades para uma cidadania ativa, habilitada para monitorar, avaliar e advogar por políticas públicas adequadas no setor da justiça. Um ponto de partida e elemento essencial para tal foi o estabelecimento de um barómetro participativo para fornecer informações quantitativas sobre o estado da governação da justiça na Guiné-Bissau, formando a base para a criação de mecanismos de monitoria do progresso.

As conclusões e recomendações abaixo foram formuladas pelos participantes nas sessões de análise, não são exaustivas e devem ser lidas como orientações.

Leia este código para aceder a um vídeo com o conteúdo do relatório.



# Resultados principais

## 1) A atuação da justiça formal não é suficientemente transparente nem igualitária

A população da Guiné-Bissau mostra **baixos níveis de confiança no funcionamento do sistema de justiça formal**. Os participantes destacaram uma falta de transparência no sistema formal de justiça, associada à falta de cumprimento de alguns procedimentos e requisitos legais – por vezes nenhum documento formal ou registo de depoimentos é recolhido, por exemplo. Muitos pensam que os operadores de justiça<sup>1</sup> não lidam com os casos seguindo os procedimentos e não fornecem informações adequadas. A população considera a justiça tendenciosa, favorecendo uns em detrimento de outros, e que os direitos básicos dos cidadãos não são respeitados. Subjacente a essa percepção de um sistema de justiça injusto está a **desigualdade social** no país, que também é apontada como uma barreira para o acesso à justiça – onde quem tem meios financeiros tem vantagem. Os participantes insistiram que não se pode falar em justiça sem falar em justiça social, que é considerada uma fraqueza na Guiné-Bissau. Finalmente, a desconfiança da justiça é também explicada pela **falta de compreensão do funcionamento do setor formal** – devido aos procedimentos complexos, à pesada burocracia e ao uso de terminologia legal pouco acessível. Esta incompreensão é particularmente evidente na população com baixos níveis de educação, com acesso insuficiente a informações legais e, por sua vez, também gera uma má compreensão pelos cidadãos dos seus direitos e deveres cívicos.



65%

acham que a justiça não é transparente



61%

acham que não há imparcialidade na atuação da justiça e que há punições diferentes para crimes iguais



45%

acham que os direitos básicos dos cidadãos nunca são respeitados



85% - 88%

pensam que o acesso aos serviços sociais básicos e as oportunidades económicas não são iguais para todos



69%

acham que a desigualdade social dificulta muito o acesso à justiça

<sup>1</sup> No contexto deste estudo, o termo “operadores de justiça” refere-se aos diferentes profissionais do setor da justiça, nomeadamente juizes, funcionários e advogados.

## 2) A corrupção é o maior obstáculo e eleva os custos da justiça

A corrupção foi claramente realçada como o principal impedimento para um setor de justiça totalmente funcional e afeta direta e indiretamente a vida de toda a população. Os cidadãos percebem um alto grau de interferência no funcionamento da justiça formal, e as decisões judiciais são vistas como fortemente influenciadas pelo dinheiro – as pessoas com recursos económicos geralmente encontram resultados favoráveis. A falta de cumprimento das leis e um código de ética profissional por parte dos operadores da justiça, e a falta de supervisão eficaz de suas ações, são fatores agravantes. Metade da população considera os custos da justiça formal altos, e a maioria diz que o principal motivo para tal é a corrupção, criando um ambiente em que "pagamentos extras" são feitos durante as diferentes etapas do processo judicial. Os atrasos nos procedimentos também são percebidos como devidos à corrupção, que bloqueia o bom andamento dos processos se as "solicitações" não forem satisfeitas. Como tal, a corrupção é considerada o maior obstáculo ao sistema de justiça na Guiné-Bissau.



39%

dos que tentaram resolver os seus problemas na justiça formal mas não tiveram sucesso apontam que o principal obstáculo à resolução foi a corrupção



73%

acham que o dinheiro é fundamental nas decisões judiciais



53%

acha que os custos da justiça formal são elevados, dos quais 39% acham que a principal razão é a corrupção

## 3) A qualificação e idoneidade dos operadores de justiça são elementos-chave para uma justiça eficiente

A população consultada considerou a qualificação e competência do pessoal da justiça um fator direto que melhora o desempenho da justiça. Além disso, foi mencionado que os operadores de justiça que possuem altos níveis de competências técnicas e uma ética de trabalho forte são um requisito essencial para tomar decisões justas e garantir uma provisão judicial de alta qualidade. Alguns participantes elogiaram o trabalho realizado pelos Centros de Acesso à Justiça (CAJ), que trabalham sob a égide do Ministério da Justiça, e cujo objetivo é facilitar o acesso à informação e fornecer orientação jurídica às pessoas mais vulneráveis. Apesar dos esforços do Estado para expandir o acesso aos serviços judiciais, o número de pessoas competentes em serviço ainda é insuficiente



64%

dos que recorreram à justiça formal tiveram o problema resolvido, dos quais 50% apontam o pessoal competente como o elemento que mais ajudou

para atender às necessidades nacionais. Segundo os participantes, melhorar a resposta dos serviços judiciais requer a criação de condições de trabalho adequadas para o pessoal, fornecendo meios e recursos aos operadores de justiça e reconhecendo o seu valor.

## 4) Políticos, Forças de Defesa e de Segurança são vistos como atores de maior interferência e impunidade

A confiança num sistema de justiça justo e igualitário na Guiné-Bissau é comprometida pela percepção comum de que o sistema de justiça formal é profundamente afetado pela interferência de atores influentes. Expressões como “a justiça da Guiné-Bissau é aplicada apenas aos pobres” demonstram a percepção da população sobre o sistema de justiça. Segundo os participantes, **é necessária maior independência do setor em relação à política e às nomeações políticas**. Observou-se que os juizes devem ter coragem e determinação para denunciar aqueles que dificultam o bom funcionamento da justiça, especialmente a elite política, e alguns membros das Forças de Defesa e Segurança. Considera-se que a sua interferência constante afeta a independência do Judiciário

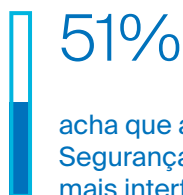


acha que há muita interferência por parte de pessoas influentes



acha que as pessoas influentes são muito impunes

É importante notar que apesar de a polícia não fazer parte do sistema judicial, a maioria da população (77%) procurá-la-ia primeiro para resolver um problema – provavelmente devido à sua proximidade com os cidadãos tanto nas áreas urbanas como rurais. No entanto, a polícia também foi identificada pelos participantes como interferindo nos processos judiciais. Como tal, a polícia é um ator essencial a incluir nos esforços para melhorar o sistema de justiça na Guiné-Bissau.



acha que as Forças de Defesa e Segurança e os políticos são os que mais interferem



## 5) A fraca observância da lei e da ética e deontologia profissional impede as pessoas de colaborarem (denunciar e testemunhar) com o setor da justiça

Metade da população (54%) não se sente segura para relatar ou testemunhar. Isso deve-se em grande parte à falta de sigilo dos operadores da justiça. De facto, mesmo que seu profissionalismo seja mencionado como uma necessidade essencial, a percepção é de que **os operadores da justiça não respeitam a ética e a deontologia profissional nem a lei**. Isto agrava a desconfiança dos cidadãos no sistema de justiça formal e impede a sua colaboração – que, no entanto, culturalmente é percebida como 'traição à comunidade'. Os colaboradores são frequentemente mal vistos pela comunidade e, muitas vezes, arriscam a vida ao colaborar. As discussões entre os participantes revelaram que a ética profissional e deontologia são princípios que devem nortear o desempenho profissional do setor judicial. Isso criaria as condições de confiança necessária não apenas para o bom funcionamento do setor da justiça, mas também para incentivar os cidadãos a partilhar informações.



54%

não se sentem seguras em denunciar e testemunhar



73%

acham que os operadores de justiça não respeitam a lei



69%

acham que os operadores de justiça não respeitam as normas profissionais

## 6) A colaboração da população com o sistema de justiça é condicionada pela insegurança

A maioria dos guineenses tem consciência de que, como cidadãos, têm um papel a desempenhar na garantia de um sistema de justiça eficaz e eficiente no país. No entanto, as pessoas parecem fazer raramente reclamações nas comunidades ou estar dispostas a testemunhar voluntariamente em casos judiciais. Esta falta de colaboração é explicada pelo sentimento de insegurança em denunciar e testemunhar. As mulheres são particularmente afetadas, com 40% a afirmar sentir-se muito inseguras. Além disso, mais de 50% dos inquiridos em áreas urbanas apontaram altos níveis de insegurança na denúncia de crimes ou injustiças. Como mencionado acima, esta desconfiança advém das ineficiências percebidas e das condições de sigilo do sistema judicial, mas também das normas sociais que desencorajam os colaboradores a cooperarem, pois são considerados “traidores” nas suas comunidades. Como tal, a conscientização sobre a importância da participação cívica no sistema de justiça não é suficiente para superar esse desafio. Garantir a segurança de testemunhas e colaboradores seria, portanto, essencial para melhorar a justiça no país.



64%

pensam que as pessoas podem contribuir para o bom funcionamento da justiça



46%

afirmam que as pessoas nunca fazem denúncias nas comunidades



47%

afirmam que as pessoas nunca se dispõem voluntariamente em testemunhar



## 7) A contribuição da justiça tradicional pode reforçar a capacidade de reconciliação da justiça formal

Os sistemas de justiça formal e tradicional coexistem há muitos anos, sendo a justiça tradicional aplicada pelos líderes tradicionais e a justiça formal exercida e institucionalizada pelo Estado. Não havendo mecanismos alternativos de resolução de conflitos institucionalizados, o sistema formal de justiça é a única instância com poder de decisão efetivo e soberano. Isto é reconhecido pela população, com a legalidade e conformidade com as leis a pesar entre os motivos mais relevantes para a maioria dos que preferem resolver as suas disputas através da justiça formal. No entanto, a grande maioria da população acredita que alguns conflitos são melhor resolvidos através da justiça tradicional. A natureza da justiça tradicional voltada para a reconciliação e o uso do conhecimento local explica a preferência por esse sistema. E também explica o porquê da maioria da população insistir que o sistema de justiça formal deve encontrar maneiras de colaborar com o sistema de justiça tradicional na resolução de conflitos. Portanto, os resultados do barômetro não apontam para uma dicotomia ou disputa entre a justiça formal e tradicional. Pelo contrário, sinalizam a necessidade urgente de um trabalho colaborativo e coordenado entre os dois sistemas, em busca da justiça e paz social.



38%

considera a justiça formal a melhor forma de resolução de conflitos, dos quais 64% afirmam a legalidade e obediência a leis como razões principais



91%

acredita que há conflitos que são mais bem resolvidos na justiça tradicional



61%

considera a justiça tradicional a melhor forma de resolução de conflitos, dos quais 30% afirmam como principal razão a sua capacidade de reconciliação, e 20% o seu conhecimento da realidade



66%

acham que a justiça formal deve pedir sempre a colaboração da justiça tradicional

### Acesso à Justiça

Ao cruzar os dados entre as variáveis demográficas, o acesso à justiça parece ser principalmente dependente de fatores sociais. Pessoas com educação superior tendem a recorrer mais à justiça formal do que as não escolarizadas. E as mulheres tendem a recorrer 20% menos que os homens a tribunais e polícia. A diferença em termos de gênero pode ser explicada por fatores socioculturais.<sup>2</sup> A nível geográfico, há quatro regiões com níveis mais baixos de acesso que a média nacional (Quinara, Bafatá, Gabú e Oio). A ausência ou distância de infraestruturas estatais, e a importância sociocultural de manter a harmonia na comunidade foram identificadas nacionalmente como os principais obstáculos ao acesso à justiça formal. Por fim, os custos da justiça são considerados elevados pela maioria da população e em todas as regiões.

<sup>2</sup> Para uma análise mais profunda dos constrangimentos à participação das mulheres na Guiné-Bissau, ver o relatório *Fala di Mindjer* (2018) disponível em [https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2018/10/2018-Guinea-Bissau\\_Fala\\_di\\_Mindjer-Eng-Web.pdf](https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2018/10/2018-Guinea-Bissau_Fala_di_Mindjer-Eng-Web.pdf) e o estudo sobre a experiência das mulheres com a justiça tradicional, *Nô Obi Mindjer ku Mininu* (2019) disponível em <https://www.interpeace.org/wp-content/uploads/2019/12/2019-Traditional-Justice-Guinea-Bissau-Web.pdf>.

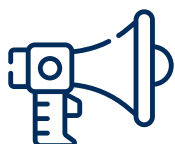
## **Conclusão institucional:** A atuação dos operadores de justiça é essencial para a garantia da confiança da população no sistema judicial

Muitos fatores foram levantados pela população em relação à prestação insatisfatória dos operadores de justiça. Segundo 91% dos inquiridos é necessário maior controlo sobre os operadores de justiça e funcionários. Muitos afirmam que estes não respeitam as leis (73%) e que não respeitam as normas e éticas profissionais do sector (69%). O não respeito da ética e deontologia profissional, nomeadamente em questões de sigilo, traduz-se na insegurança dos cidadãos e obstaculiza o seu exercício cívico. Por isso, é gritante a centralidade dos operadores de justiça e o papel que podem jogar para a transformação da governação do setor da justiça na Guiné-Bissau, centrado a atenção na aderência aos standards profissionais requeridos pelo setor. Não o fazer agrava a falta de confiança no sistema judicial.

# Recomendações sobre o caminho a seguir

## 1) Reforçar o conhecimento das leis e instrumentos que protegem os direitos dos cidadãos

### Relacionada com a conclusão 1



**Divulgar o conteúdo da Constituição da República e as normas sub-constitucionais** por meios acessíveis, como a rádio, usando uma linguagem fácil de entender por todos e favorecendo as línguas locais.



**Aumentar a conscientização da população e dos operadores de justiça** em relação aos direitos fundamentais dos cidadãos e ao funcionamento do sistema judicial, fortalecendo o conhecimento dos cidadãos e promovendo a conformidade dos operadores com os princípios da prestação de justiça.



**Melhorar a educação cívica nas escolas**, incluindo uma disciplina específica para o estudo sistemático de temas relacionados à cidadania e à justiça

## 2) Melhorar as condições e capacidade de trabalho das instâncias judiciais



### Relacionada com as conclusões 2 & 3



**Garantir salários justos e conceder benefícios consistentes com as carreiras profissionais do setor**, valorizando o importante papel dos operadores da justiça, e definindo critérios para monitorar seu desempenho.



**Reestruturar os estabelecimentos judiciais no país**, modernizando tribunais, esquadras, prisões e outras instalações. Isto é necessário para garantir as condições de trabalho necessárias para os operadores da justiça, permitindo uma provisão de justiça de qualidade.



**Expandir as capacidades e a cobertura geográfica dos CAJ (Centros de Acesso à Justiça)** para cobrir todo o território nacional, acompanhar os usuários durante todo o processo judicial e garantir um melhor acesso à justiça a grupos sociais vulneráveis e excluídos.

### 3) Reforçar os mecanismos de inspeção, avaliação e seleção dos operadores de justiça

Relacionada com as conclusões 1, 2 & 5



**Aplicar uma seleção cuidadosa e rigorosa dos operadores de justiça**, lançando concursos públicos para algumas posições, tornando a seleção pública dos operadores da justiça baseada em competências e promovendo a igualdade de oportunidades. Isto cultivaria o cumprimento da lei e dos procedimentos através de transparência e prestação de contas, e limitaria interferências externas, promovendo assim a confiança da população nas instâncias judiciais e na tomada de decisões.



**Garantir um mecanismo funcional para a inspeção** do desempenho dos operadores da justiça, para quebrar a cultura de impunidade e interferência e fortalecer as práticas anticorrupção. Isso incluiria a **supervisão das receitas judiciais** para garantir que sejam investidas em fins úteis que contribuam para melhorar o funcionamento do sistema.

### 4) Melhorar a proximidade e o acesso aos estabelecimentos de justiça

Relacionada com a conclusão 3



**Expandir a cobertura geográfica dos tribunais** de acordo com o território, garantindo o acesso à justiça no nível local, diminuindo a distância física das instituições judiciais e aumentando a possibilidade de acesso para todos, incluindo os grupos mais vulneráveis.



**Fortalecer os tribunais setoriais**, para cumprir o seu papel original de prestar serviços judiciais ao nível local, garantindo maior autonomia de tomada de decisão e maior proximidade com a população.



**Reduzir os custos económicos do acesso à justiça**, que constituem um obstáculo para o sustentar dos processos judiciais pelos cidadãos, especialmente para grupos vulneráveis com menos recursos económicos. Isto é particularmente fulcral para comunidades rurais, mulheres e jovens.



**Aumentar a conscientização pública e reforçar o papel reconciliador da justiça formal**, para combater as pressões sociais e o estigma no nível comunitário que obstruem o acesso ao sistema formal de justiça no país e minam a confiança.

## 5) Efetivar medidas de proteção aos denunciantes e testemunhas de crime

### Relacionada com as conclusões 5 & 6



**Submeter à aprovação da Assembleia Nacional o projeto de proteção de testemunhas e denunciantes** que está a ser desenvolvido atualmente e é considerado essencial para garantir a proteção dos cidadãos no âmbito da sua contribuição com as instituições de justiça.



**Criar uma linha telefónica segura para denúncias anónimas**, o que pode melhorar o funcionamento do sistema e, ao permitir que os denunciantes mantenham a sua integridade física e moral, pode aumentar a colaboração nas comunidades.



**Implementar medidas de proteção das testemunhas** em processos judiciais, para garantir a sua segurança e bem-estar e possibilitar a cooperação harmoniosa entre cidadãos e instituições.



**Aumentar a conscientização da população sobre o papel colaborador que as testemunhas têm** no reforço do bem-estar e segurança nas comunidades e, assim, quebrar as barreiras sociais que impedem a participação das testemunhas.

## 6) Reforçar a colaboração entre a justiça formal e a justiça tradicional

### Relacionada com a conclusão 7



**Coletar e incluir as opiniões dos líderes tradicionais nos processos judiciais formais** e, particularmente, em questões de herança e posse da terra, tornando a tomada de decisão mais próxima da realidade das comunidades e mais facilmente aceite por elas.



**Homologação judicial de algumas das decisões da justiça tradicional**, concedendo-lhes reconhecimento pelo Estado e estabelecendo direitos e obrigações entre as partes litigantes. Isto permitiria que a justiça formal aumentasse a sua proximidade com as comunidades, garantindo uma solução justa dos conflitos no nível comunitário.



**Advogar junto às autoridades competentes**, como o Ministério da Justiça e Ministério Público, para fomentar esta colaboração e estruturá-la de forma sustentável e com apropriação local

## 7) Fortalecer os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos com perspectivas de direitos humanos

Relacionada com a conclusão 7



**Capacitação dos líderes tradicionais em direitos humanos e mecanismos de resolução pacífica de conflitos** para alinhar as suas práticas com os preceitos do Estado de Direito democrático, especialmente a dignidade da pessoa humana e a igualdade de género, e prepará-los para a nova configuração social, política e jurídica da Guiné-Bissau.

### Recomendações institucionais



**Fortalecer o controlo social sobre o desempenho dos operadores da justiça**, respondendo à necessidade identificada de maior supervisão e garantindo a confiança no sistema judicial pela população. Isto exigiria a melhoria dos mecanismos de participação cidadã, visando uma governança local eficaz da justiça, que garanta sua equidade e promova a coesão social vertical.



**Continuar a monitorar o progresso, utilizando o barómetro da justiça a cada três ou cinco anos**, permitindo ao setor seguir o progresso sobre as diferentes questões aqui levantadas. Isto permitiria também reforçar a confiança da população e avaliar a evolução das perceções ao longo do tempo.



**Voz di Paz**  
Bairro do Enterramento  
CP 588  
Bissau, Guiné-Bissau  
Tel: +245966633617  
[www.vozdipaz.org](http://www.vozdipaz.org)



**Interpeace Bissau**  
Escritório de Voz di Paz  
Bairro do Enterramento,  
Bissau, Guiné-Bissau  
+245 95 610 29 46  
[www.interpeace.org](http://www.interpeace.org)

## Com o apoio de



**União Europeia**  
Bairro da Penha  
CP 359 Apartado 1122 Bissau  
Tel: +245 96 697 66 49  
[delegation-guinea-bissau@eeas.europa.eu](mailto:delegation-guinea-bissau@eeas.europa.eu)



Em parceria com as Nações Unidas